



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

VANDSON NEY DE AMORIM BRITO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB**

**SUMÉ - PB
2019**

VANDSON NEY DE AMORIM BRITO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

**SUMÉ - PB
2019**

B862a Brito, Vandson Ney de Amorim.
Análise das políticas educacionais do Município de Coxixola- PB.
/ Vandson Ney de Amorim. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

40 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande;
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Política educacional. 2. Gestão da educação. 3. Gestão
Pública. 4. Coxixola – PB - Educação. 5. Investimentos educacionais.
6. IDEB – Coxixola- PB. I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II. Título.

CDU: 37.014(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

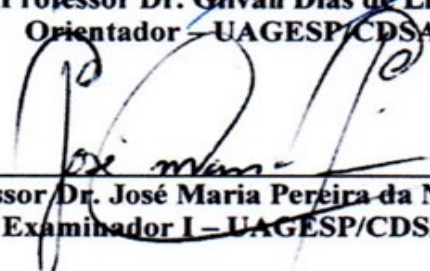
VANDSON NEY DE AMORIM BRITO

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:


Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG


Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG


Professor Ms. Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG

Artigo Científico aprovado em: 11 de Dezembro de 2019.

**SUMÉ - PB
2019**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por ter me dado saúde e dedicação, e por jamais ter me deixado desistir dessa etapa tão importante de minha vida, sem Deus durante toda minha jornada nada do que conquistei até aqui seria possível.

Especialmente agradeço a minha família, que é meu alicerce. Sou grato por sempre me ajudarem e confiarem em mim. Durante os 3 anos de curso mais estivemos afastados do que juntos, mas mesmo assim, todos estavam presentes em meus pensamentos e orações. Agradeço pelo carinho e preocupação, e pela ajuda que recebi de todos. Deixo aqui registrado que os amo, meu pai Valdi, minha mãe Neide e minhas irmãs Valdineide e Vanessa.

À minha noiva Denise, pela força e estímulo. Sempre estive ao meu lado, e vibrava com minhas conquistas. Quando estava frustrado ou para baixo ela me mostrava o melhor caminho para lutar e superar as dificuldades.

Agradeço aos professores do curso pelos ensinamentos, em especial ao meu orientador Gilvan e meu tutor, do Programa de extensão tutorial – PET, professor Luiz. Tenho muito orgulho de dizer que fui petiano, foi um período muito importante de minha jornada acadêmica o tempo que passei no PET.

Eu não podia deixar de agradecer aos meus colegas Eduardo, Carlos, Adriele e Claudeci. Sem dúvida essa foi a melhor equipe de trabalho que fiz parte. Foram muitas preocupações juntos, mas no final dava tudo certo. Também agradeço a Bruno e Thays, foram pessoas essenciais no período que passei no PET. Tive muitos aprendizados com cada um deles.

Deixo aqui registrado os meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização de mais este sonho.

RESUMO

A educação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento social de uma nação, e para se alcançar resultados educacionais positivos é necessário investimentos e ações para o desenvolvimento como um todo. Dentro desse contexto, foi estabelecido como objetivo geral do estudo analisar quais fatores que permitiram ao município de Coxixola-PB, obter índices acima da média estimada no IDEB no ano de 2017, considerando os resultados da educação básica. Para fins metodológicos, este artigo classificou-se como estudo de caso, de natureza descritiva e exploratória, fundamentado em análise documental e bibliográfico. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada uma pesquisa documental de cunho qualitativo em *sites* oficiais do governo como o SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Como resultado, foi mostrado os investimentos educacionais no município de Coxixola-PB, além das ações setoriais educacionais, em termos práticos, foi admissível compreender melhorias das instalações das escolas, integração de educação e cultura, mecanismos de acesso à educação, reforço escolar e formação e capacitação dos profissionais de educação.

Palavras-chave: Educação. IDEB. Investimentos educacionais.

ABSTRACT

Education is an important tool for the social development of a nation, and achieving positive educational outcomes requires investments and actions for development as a whole. Within this context, it was established as a general objective of the study to analyze which factors allowed the municipality of Coxixola-PB to obtain indexes above the estimated average in IDEB in 2017, considering the results of basic education. For methodological purposes, this article was classified as a case study, descriptive and exploratory, based on documentary and bibliographical analysis. As a data collection technique, a qualitative documentary research was used on official government websites such as the SAGRES of the Paraíba State Court of Auditors and the Atlas of Human Development in Brazil. As a result, educational investments in the municipality of Coxixola-PB were shown, in addition to practical sectoral educational actions, it was permissible to understand improvements in school facilities, integration of education and culture, mechanisms of access to education, school reinforcement and training, and training of education professionals.

Keywords: Education. IDEB. Educational investments.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL.....	9
2.1	POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	13
2.2	LDB E PNE COMO BALIZADORES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (CARACTERÍSTICAS BÁSICAS).....	16
3	A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O IDEB.....	20
4	METODOLOGIA.....	26
5	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB.....	27
5.1	O IDEB DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB.....	27
5.2	INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB...	29
5.3	AÇÕES SETORIAIS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB.	31
6	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988. Esse direito constitucional é fruto de diversas lutas e conquistas advindas de esforços ao longo dos anos, por grupos sociais e representantes políticos. Nesse sentido, o percurso histórico atravessado pela educação no País, para se estabelecer os aspectos sociais e constitucionais, foi fundamental para o atual contexto educacional existente no Brasil.

Destaca-se que a educação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento social de uma nação. A luz desta constatação, ao debater sobre a importância da função educacional, Bauman (2000, p. 79) afirma que:

A educação visa prover os optantes de sinais de orientação, regras de conduta e, acima de tudo, valores que orientam a opção, ou seja, dotá-los da capacidade de distinguir entre as razões corretas e incorretas de preferência e da inclinação a seguir aquelas e evitar essas. A educação visa induzir os indivíduos a internalizar as normas que dali em diante guiarão a sua prática.

Nessa perspectiva, a educação é compreendida como norteadora quanto à forma de interação entre os indivíduos, pois é a educação quem direciona e molda o comportamento socioeconômico a nível local, regional e nacional. Ou seja, a educação é que propicia que ocorra a interiorização da normatividade das condutas sociais e econômicas, pois, é um mecanismo fundamental na preparação do indivíduo para a vida, inclusive no seu aspecto profissional pessoal e coletivo.

Dessa forma, a conjuntura capaz de alcançar uma educação de qualidade e que garanta a equidade, é constituída a partir de políticas públicas educacionais capazes de subsidiar as lacunas existentes nos diferentes grupos sociais. No entanto, é preciso uma articulação entre a gestão pública e sociedade na busca por uma educação inclusiva e com qualidade.

Nesse sentido, deve ser exaltado que o processo de formação educacional do indivíduo é longo, e para alcançar os resultados positivos necessários para o desenvolvimento como um todo, deve ser iniciado e acompanhado ainda na sua formação básica, ou seja, nenhuma etapa educacional deve ser negligenciada. Para isso, no presente o principal indicador oficial de medição da qualidade do aprendizado nacional por meio do estabelecimento de metas para a melhoria do ensino é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A aferição do IDEB é mensurada ponderadamente a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, promovidos anualmente.

Dentro desse contexto, foi estabelecido como objetivo geral do estudo a análise dos fatores que permitiram ao município de Coxixola-PB, obter índices acima da média estimada no IDEB no ano de 2017, considerando os resultados da educação básica. Nesta perspectiva, para se alcançar o objetivo geral, delimitaram-se os seguintes objetivos específicos: identificar as políticas educacionais que foram realizadas pelo município de Coxixola-PB para a melhoria da educação; apontar os investimentos na educação realizados pela gestão pública de Coxixola-PB nos anos de 2014 a 2017; mostrar se houve estratégias políticas-administrativas para efetivar o acesso dos discentes a educação básica de Coxixola-PB e; verificar se houve formação continuada ou capacitação para professores, gestores e colaboradores na área educacional para se alcançar melhores desempenhos em suas atividades.

Considerando o exposto, a problemática que conduziu esse estudo foi pautada na seguinte indagação: **Quais fatores foram determinantes para que o município de Coxixola-PB alcançasse resultados acima da média nacional (Brasil) e estadual (Paraíba) no IDEB 2017, considerado o índice da a educação básica?**

Para fins metodológicos, este artigo classificou-se como estudo de caso, de natureza descritiva e exploratória, fundamentado em análise documental e bibliográfico. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada uma pesquisa documental de cunho qualitativo em *sites* oficiais do governo como o SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Como ratificação, a escolha do tema pode ser justificada pela importância e abrangência positiva que a educação básica de qualidade pode ter para a vida dos indivíduos e para o desenvolvimento socioeconômico em todas as suas esferas espaciais (nacional, estadual e local). O município foi selecionado por apresentar um resultado do IDEB no ano de 2017 muito acima das demais cidades paraibanas. O período foi eleito, por expor os resultados disponíveis mais hodiernos. O IDEB foi elegido por ser um indicador com metodologia com comprovação de funcionalidade e confiabilidade aceita nacionalmente pelo governo deste 2007.

Como desfecho, a fim de organizar adequadamente as ideias apresentadas na pesquisa, o presente trabalho apresenta-se sequenciado do seguinte modo: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise e Discussão dos Resultados, Conclusão e Referências.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL

As políticas públicas são indispensáveis nas sociedades democráticas para o seu bom funcionamento e bem-estar social. No entanto, não existe um consenso quanto à definição do termo políticas públicas. Conquanto, levando em consideração que qualquer acepção desse termo seja arbitrária, é possível desenvolver definições, que de forma simples, contemple o que seja política pública.

Na visão de Secchi (2017, p. 2) “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Isto é, ela decorre a partir de uma análise acerca de um problema identificado no âmbito da esfera pública, que conseqüentemente, vem a ser prerrogativa da gestão pública tentar solucioná-lo. Em outras palavras, são ações orientadas para buscar resolver problemas públicos.

Não obstante, no entendimento de Peters (1984, *apud* SILVA, A; BARBOSA, E; SOUSA, W, 2018), a política pública se estabelece como sendo a soma das atividades dos governos, agindo diretamente ou por meio de delegação, que influencia na vida dos cidadãos. Assim, verifica-se política pública como ferramenta indispensável para a organização social.

Nesse mesmo diapasão, pode-se então compendiar política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (SOUZA, 2006). Dessa forma, política pública apresenta-se como um agente efetivo na mudança social, de modo que, os governos democráticos buscam efetivar medidas para sanar determinados problemas sociais.

Figura 1 - Políticas públicas e o planejamento social



Fonte: Mazera, 2019.

É necessário que as políticas sejam bem planejadas para que tenham um resultado positivo, e que seja eficiente para que, posteriormente, não seja necessário efetivar outras ações para sanar as lacunas existentes no processo anterior.

Para se criar uma política pública realmente eficaz não é só identificar determinado problema e solucioná-lo, deve-se levar em consideração uma série de fatores importantes nas fases de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da política. Entre esses fatores, incluem os gastos, os atores governamentais e o tipo de política. A “*policyanalysis*” ou análise política consiste em analisar áreas específicas de políticas públicas (CLEMENTE, M; SILVA, J, 2015, p. 204).

Diante dos apontamentos, percebe-se o quão importante é o processo de elaboração de uma política. Tem-se que levar em consideração todos os fatores econômicos, políticos, sociais para que nada passe por despercebido. Logo, a *policyanalysis* aparece para nortear os atores políticos nas tomadas de decisão e na efetivação das políticas públicas. Assim, bem elaboradas essas ações vão sanar as necessidades dos cidadãos.

Com base nas discussões, as políticas públicas devem propor ações que permitam os governos (em todas as suas instâncias) buscarem atenuar os conflitos sociais e as injustiças econômicas, procurando assim, um equilíbrio formal entre as demandas sociais, almejando dessa forma, produzir um modelo mais harmônico de convívio igualitário. Logo, as políticas públicas devem apresentar-se como mecanismos efetivos de promoção social.

Dentre as diversas políticas públicas, pode ser destacado as ações educacionais, que são de relevância basilar para a sociedade. As políticas educacionais fazem parte do conjunto de políticas públicas sociais, sendo expressão da ação (ou ausência) de inserção do Estado e que têm como principal referência de amparo à máquina governamental, sobretudo, para sua universalização. (INEP/MEC, 2006)

Logo, segundo Azevedo (2001), para que as políticas educacionais sejam realizadas precisam do aparato estatal, para que possam ser desenvolvidas de modo a alcançar os anseios da sociedade. Entretanto, neste processo, interagem diversos atores sociais e as ações são explicitadas através de programas, conforme apontam Azevedo e Aguiar (1999). Esses atores são aqueles que de alguma forma são fundamentais para o planejamento, realização ou condução desses programas, buscando assim, alcançar os objetivos desejados.

Conforme destaca Martins (2010, p. 21, *apud* GUIDINI, F. 2013), ainda são incipientes os estudos que utilizam metodologias de pesquisas de políticas educacionais que integrem enfoques diversos, permitindo captar o que ocorre efetivamente nas redes de ensino,

no espaço escolar e nas interações dos profissionais que neles atuam, bem como, a maneira como essas práticas afetam a implementação dos programas de governo.

Dentro desse contexto, Luce expõe que as políticas educacionais:

Diz respeito aos valores, aos objetivos e às regras sobre educação que são de interesse da sociedade e decididas por ela; diz respeito ao que se vai fazer na educação do povo e a como fazê-lo. Requer, assim, que se encontrem um sentido e uma forma de organização social que, assegurando o respeito à individualidade de cada um, solucionem divergências, viabilizem um fim comum: o bem comum. (LUCE, 1986, p.141).

Nessa conjunção, política educacional pode ser entendida como as ações que serão realizadas, pela gestão pública, voltadas para a área da educação, zelando seus valores objetivos e regras de interesse dos grupos sociais, para que dessa forma proporcionem o alcance do bem coletivo. Saviani (2008) também tece suas contribuições, destacando que políticas educacionais são as decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. No Brasil, ela é marcada por uma sucessão de ações e reformas que visam solucionar os problemas encontrados na área.

Figura 2 - Políticas públicas, sociais e educacionais



Fonte: Saviani, 2008. (Adaptado pelo autor).

A conjuntura capaz de estruturar o desenvolvimento de políticas educacionais deve estar ligada diretamente ao direito que o cidadão tem à educação. Tal direito está exposto no art. 205 da Carta Magna, a qual diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Assim, em um sentido amplo, as políticas educacionais nada mais são do que uma ferramenta socioeconômica em que serão atreladas as determinações e obrigações do Estado, referente à educação, aos direitos e necessidades sociais de cada local. Isto é, as políticas educacionais são fundamentais para garantir o direito do cidadão à educação, além de dispor de mecanismos que visam estabelecer uma boa qualidade educacional e social.

O art. 208 da Constituição Federal ratifica o dever do Estado em relação à educação, vislumbrando esse dever através das políticas públicas educacionais. Sobre isso, o artigo destaca que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, Art. 208).

Do mesmo modo, está presente de forma explícita, no art. 208, o dever que o Estado tem com a sociedade, devendo dar os mesmos direitos e oportunidades a todos, levando sempre em consideração a capacidade de cada um e as diferenças socioculturais. As políticas públicas educacionais deveriam ser desenvolvidas justamente para tentar alcançar os objetivos destacados no artigo.

Neste sentido, Spiel, C; Schwartzman, S. (2008, p. 31) tecem suas contribuições dizendo que:

A educação é o processo de aprendizagem e expansão da cultura que, ao contribuir para a melhoria da condição humana através de mais conhecimento, saúde, condições de vida, equidade social e produtividade, é um componente central do progresso social.

Isso quer dizer que as políticas educacionais têm um papel social, ou seja, seus mecanismos proporcionam uma melhor qualidade de vida para a sociedade. Ainda sobre o exposto os autores acrescentam:

Espera-se que a educação promova o progresso social através de quatro dimensões diferentes, mas inter-relacionadas: a humanística, pelo desenvolvimento das virtudes pessoais e coletivas em toda a extensão; a cívica, pelo aprimoramento da vida pública e participação ativa em uma sociedade democrática; a econômica, proporcionando aos indivíduos habilidades intelectuais e práticas que os tornem produtivos e melhorem suas condições de vida e desenvolvam a sociedade; e através da promoção da equidade social e da justiça (SPIEL, C.; SCHWARTZMAN, S. 2008, p. 31).

Com base nos apontamentos, pode-se perceber que as políticas educacionais são de extrema importância, pois, as ações devem visar promover uma igualdade social e uma superação nas desigualdades no que diz respeito à educação, garantindo os mesmos direitos a todos. Em outras palavras, as políticas educacionais devem almejar efetivar uma adequação que garanta o acesso e a permanência a educação de qualidade, levando em consideração todas as diferenças socioculturais, buscando assim preparar o cidadão para a vida social e profissional. No Brasil existem inúmeras políticas educacionais, e que são desenvolvidas pelos três níveis de governo o que dificulta muitas vezes a igualdade de oportunidades vislumbrada.

2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Ao longo da formação histórica do Brasil configurou-se diversos ciclos de investimentos na educação. Várias políticas educacionais foram desenvolvidas e implementadas pelos diferentes níveis de governo, cada um à sua competência, buscando atingir os anseios e necessidades dos diferentes grupos sociais em consonância com o que diz a legislação.

Segundo Ney (2008), pode-se afirmar que a primeira política educacional no Brasil fora empreendida pelos jesuítas (1549-1759), com a criação da primeira escola e com alguns sistemas educacionais. No entanto, o sistema de educação jesuítico estava mais pautado nos ensinamentos religiosos. Ainda na visão de Ney (2008), os colégios espalhados pelo Brasil se tornaram centros de irradiação social, econômico e espiritual.

Por sua vez, o período seguinte (Pedagogia Pombalina: 1759-1827), corresponderia aos primeiros ensaios de se instituir uma escola pública estatal (SAVIANI, 2008). Isto é, o Estado assume a centralidade do processo educacional. O Marquês de Pombal, a fim de reformar a educação Portuguesa, expulsou os jesuítas de Portugal e das colônias (1759). Implantou a Reforma Pombalina de educação, mas pouco efeito teria no Brasil (NEY, 2008). Porém, mesmo surtindo pouca mudança no Brasil, o Marquês conseguiu que o Estado assumisse a centralidade da educação.

Nesse sentido, Saviani (2008, p. 9) destaca que “as reformas pombalinas contrapõe-se ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no Iluminismo, institui o privilégio do Estado em matéria de instrução, surgindo, assim, a nossa versão da educação pública estatal”. Diante o exposto, o autor sugere que a ideia de educação estatal surgiu no período pombalino, através dos esforços do referido marquês.

Posteriormente no Período da Primeira República (1889-1929), um fato marcante foi a Constituição de 1981 que conseguiu consagrar a descentralização do ensino. Ou seja, os Estados receberam o direito de criar instituições de ensino para prover e legislar sobre a educação primária (NEY, 2008). A descentralização, naquele período, foi um avanço que representou uma melhoria no que diz respeito aos sistemas educacionais.

Já o período da Segunda República (1930-1937), segundo Reck (2016), representou um salto no que se refere à regulamentação das políticas educacionais no Brasil, e foi marcada por série de decretos que dispunham sobre a educação. Nesse sentido, na visão de Ney (2008), esse período corresponde à entrada do país no mundo capitalista, portanto implicando a necessidade de sua industrialização, e em função dessa necessidade ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e a implantação da Reforma Francisco Campos, composta por diversos decretos concernentes a educação, para buscar acompanhar as necessidades capitalistas, no que diz respeito a mão de obra especializada. Tais decretos foram:

Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação e os conselhos Estaduais de Educação;

Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;

Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;

Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário;

Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; e

Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1931, consolida as disposições sobre o ensino secundário (NEY, 2008, p. 41).

O período seguinte, caracterizado como Estado Novo (1937- 1945) foi pouco produtivo na área educacional em comparação ao período anterior. Segundo Romanelli (2004) *apud* Ney (2008), o período do Estado Novo foi uma “espécie de hibernação”. No entanto, ao debater sobre o período, NEY (2008) destaca que cabem ressaltar três ações positivas nesse intervalo: uma estrutura implantada para a educação por meio das Leis Orgânicas; criação do técnico de segundo ciclo (atualmente, nível técnico); e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

De modo específico, estas medidas representaram um grande avanço no quesito ensino profissionalizante. O SENAI, no entanto, merece uma atenção especial, pois, ao longo do tempo se tornou referência na formação de mão de obra qualificada, e até o presente configura-se como uma relevante instituição pautada na capacitação de milhares de pessoas para o mercado de trabalho com capacidade técnica necessária para exercer variadas atividades laborais.

O período conhecido como Quarta República (1946-1964), foi marcado pela implantação da pós-graduação através do Decreto nº 29.741 e pelas discussões da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi aprovada em 20 de dezembro de 1961. No ano seguinte foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa Nacional de Alfabetização (NEY, 2008). Pelo exposto, fica constatada a importância do período para a educação brasileira.

No período seguinte, denominado de Período Militar (1964-1985), “a educação seria predominada pela tecnocracia e pelas ideias expostas na Teoria do Capital Humano” (NEY, 2008, p, 50). Isto é, a educação seria desenvolvida por especialistas e pautada na melhoria do capital humano, visando o aperfeiçoamento das atividades.

No entanto, vale destacar que nesse período, muitos educadores foram perseguidos em detrimento de seus pensamentos ideológicos e políticos; alguns foram exilados ou demitidos, outros “silenciados para sempre”, por isso, muitos preferiram trocar de profissão (NEY, 2008).

Ainda no período militar, houve alguns avanços importantes, dentre eles, pode-se destacar o Primeiro Ciclo da educação. Ao debater sobre esse assunto, Abrucio (2018), destaca que:

Nesse período, também houve reformas e ações importantes para os primeiros ciclos de ensino, ao que se somou à criação de um grande programa de combate ao analfabetismo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), desenvolvido para solucionar um problema que atingia, no início da década de 1970, um pouco mais de 30% da população brasileira (ABRUCIO, 2018, p. 46).

O próximo período, denominado Período da Abertura Política (1986-1996), ficou caracterizado como o período das reconquistas democráticas, que conseqüentemente, atingiu seu apogeu com elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Também merece ser salientado que nesse período foi estabelecida uma nova LDB, sendo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (NEY, 2008). Com a promulgação da nova Constituição, foi estabelecido um rol de direitos fundamentais, dentre eles o direito a educação. Alguns artigos tratam especificamente da educação, a exemplo do art. 206 que elenca os princípios basilares do ensino brasileiro.

No atual contexto social, existem diversos mecanismos e programas educacionais implementados para garantir uma educação de qualidade. Os diferentes períodos contribuíram para arquitetar o atual sistema social e educacional existente no Brasil. Compactuando com essa ideia, Reck (2016), tece suas contribuições.

Como é possível observar, ao longo da história da educação brasileira, as políticas educacionais permaneceram fortemente relacionadas ao contexto social, político e econômico de cada época, procurando adequar o sistema de ensino à estrutura social vigente ou em emergência (RECK, 2016, p. 25).

Portanto, o que se percebe é que ao longo dos anos, os distintos governos e os diferentes períodos foram fundamentais para a construção do coevo sistema educacional, contribuindo para a adequação de uma educação de qualidade, sendo o atual momento, no que diz respeito à educação, o reflexo das lutas e conquistas evidenciadas por grupos e interesses divergentes.

2.2 LDB E PNE COMO BALIZADORES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (CARACTERÍSTICAS BÁSICAS)

Atualmente, não se pode falar em políticas educacionais no Brasil, sem citar a Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica (LEI nº 9.394/96), e o Plano Nacional de Educação (LEI, nº 13.005/2014). Segundo Ney (2008), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica (LDB) tem a função de regulamentar, de disciplinar e de estabelecer os sistemas, as estruturas, os recursos para o desenvolvimento da educação, de acordo com as necessidades do país,

enquanto o Plano Nacional de Educação (PNE) representa as diretrizes e metas a serem alcançadas no longo prazo.

Isto significa que para se planejar as políticas educacionais, é necessário pautar-se na LDB, pois esta lei que rege grande parte do que acontece, ou do que deveria acontecer na educação brasileira. Em outras palavras, a LDB se revela como um instrumento que define os objetivos, as prioridades e as condições que devem reger a política educacional do país. Segundo Carneiro (2004, *apud* NEY, 2008), a LDB representa a evolução da própria educação no Brasil, é a materialização de diversas conquistas sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, Lima (204, p, 35) destaca que a LDB “deve ser reconhecido como elemento estruturante de qualquer política educacional realizada no âmbito dos estados e municípios”. Em outras palavras, a LDB serve de base para a construção de políticas educacionais, disciplinando os diferentes entes federativos.

Partindo desse pressuposto, e fazendo uma analogia comparativa, pode-se conceituar a LDB como a Constituição da educação, isto é, a LDB representa o ordenamento pelo qual a educação e as políticas educacionais devem obedecer. No entanto, vale ressaltar que a LDB não exclui a Constituição, por outro lado, segue os princípios previstos na Carta Magna. Nesse sentido, de acordo com a LDB, são princípio e fins da educação nacional:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (LDB, 1996, art. 2 e 3).

Nesse sentido, percebe-se que a LDB é um conjunto de normas legais que, seguindo os princípios previstos na Constituição Federal, garante a educação como princípio fundamental, sendo responsável por disciplinar a educação Brasileira. Além de tratar sobre os

princípios e fins da educação básica, a LDB também discorre sobre ensino superior, profissional, de jovens e adultos, e educação especial. Como averiguação, a LDB abriu espaço para consolidar medidas que ampliaram o acesso e melhoraram o desenvolvimento do ensino no Brasil.

Já o PNE é um instrumento utilizado pelo governo como norteador das políticas educacionais (BRASIL, 2014), ou seja, ele vai determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no País, que terão que ser articulada entre os diferentes entes federados.

De acordo com os apontamentos:

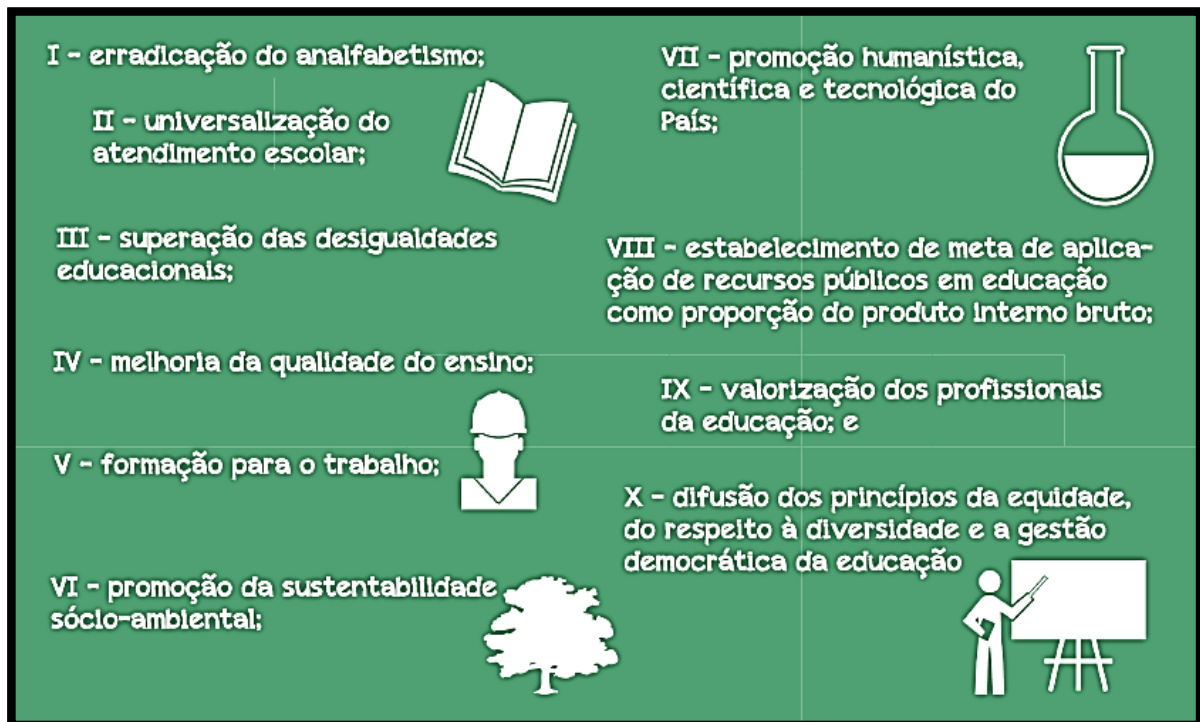
A ideia de um Plano Nacional de Educação está intimamente ligada à necessidade de se planejar a educação a longo prazo, ou seja, a ideia parte do princípio de uma política estratégica com uma visão de futuro, traçada sob objetivos e metas permanentes e, com isso, evitam-se as contínuas políticas de governo que mudam totalmente os rumos da política educacional (NEY, 2008, p. 72)

Nessa perspectiva, o PNE se apresenta como um mecanismo estratégico para o planejamento no longo prazo da educação, que integra as diferentes esferas de governos, para que de forma articulada, possam fomentar uma educação de boa qualidade. Em outras palavras, o PNE, serve de base para os planos educacionais.

O atual PNE vai determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 (PNE, 2019). No entanto, o primeiro PNE foi estabelecido em 1962 pelo Ministério da Educação e Cultura, mas não em força de lei. Apenas em 2001, depois de várias mudanças a Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro, aprovou o primeiro PNE como norma (NEY, 2008).

Com o intuito de melhorar a educação e diminuir as desigualdades presentes em cada região, foram elaboradas 20 metas para enfrentar as barreiras. Entre estas destacam-se as voltadas ao: acesso e permanência a educação; buscar superar desigualdades educacionais; fomentar a formação para o trabalho; e estimular o exercício da cidadania (MEC/SASE, 2014).

Figura 3 - Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE)



Fonte: Ministério da Educação, 2019.

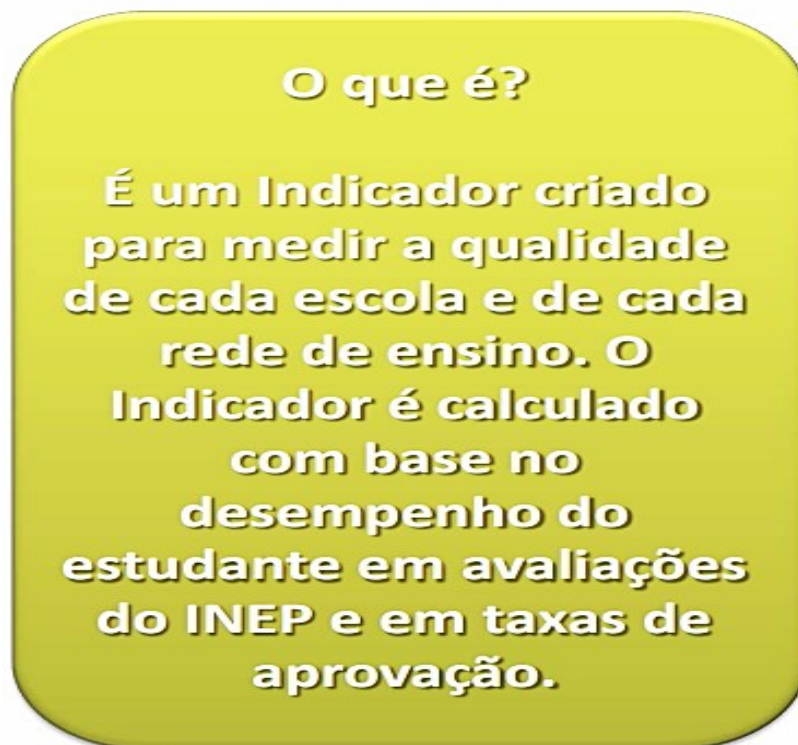
Assim, constata-se que o PNE funciona como um articulador do sistema nacional de educação, isto é, os diferentes níveis de governo, estados, Distrito Federal e municípios tem que desenvolver suas políticas públicas de acordo com o que a LDB estabelece, para que as ações sejam desenvolvidas em consonância e de forma articulada em todo o âmbito nacional, para que assim possam ser alcançados melhores resultados.

3 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O IDEB

As discussões sobre qualidade da educação é um tema que vem sendo debatido cada vez mais, uma vez que, educação sem qualidade não proporciona mudanças sociais e econômicas. Dessa maneira o governo buscou desenvolver formas de avaliar os sistemas educacionais para melhorar a qualidade da educação.

Dentro desse contexto, foi criado em 2007 para avaliar a aprendizagem na educação fundamental o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB configura-se como uma avaliação externa, feita pelo Estado para entender como é que está funcionando seu sistema de educação. Congrega-se em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (BRASIL, 2019).

Figura 4 - Definição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

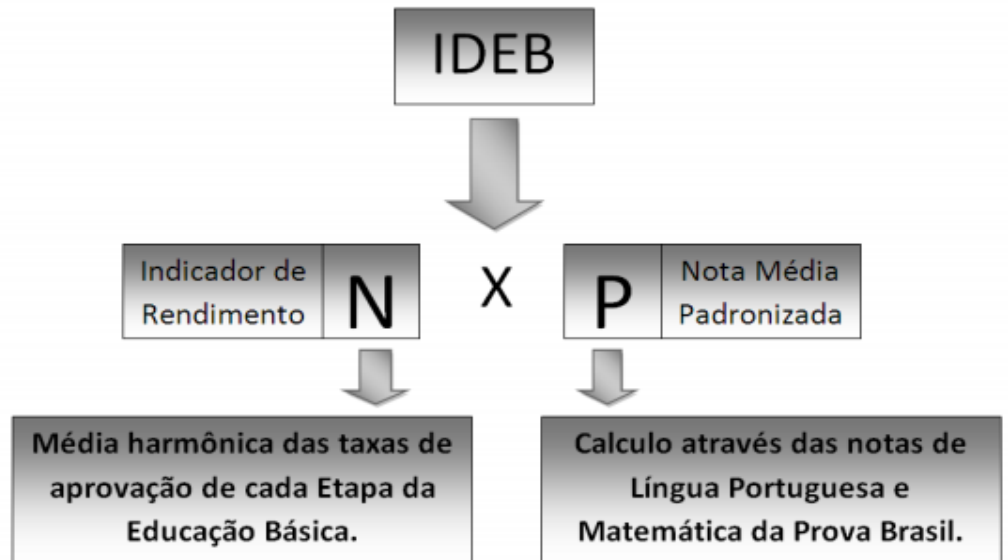


Fonte: Ministério da Educação, 2019.

O IDEB é calculado a partir dos indicadores de taxa de aprovação escolar, obtidos por meio do Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep. Para as unidades da federação e para o país é aplicado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), já para os municípios é aplicada a Prova Brasil (INEP, 2019). De forma simples, a nota do IDEB

é dada a partir do fluxo escolar e das médias das provas SAEB e prova Brasil, provas essas que são aplicadas a cada dois anos.

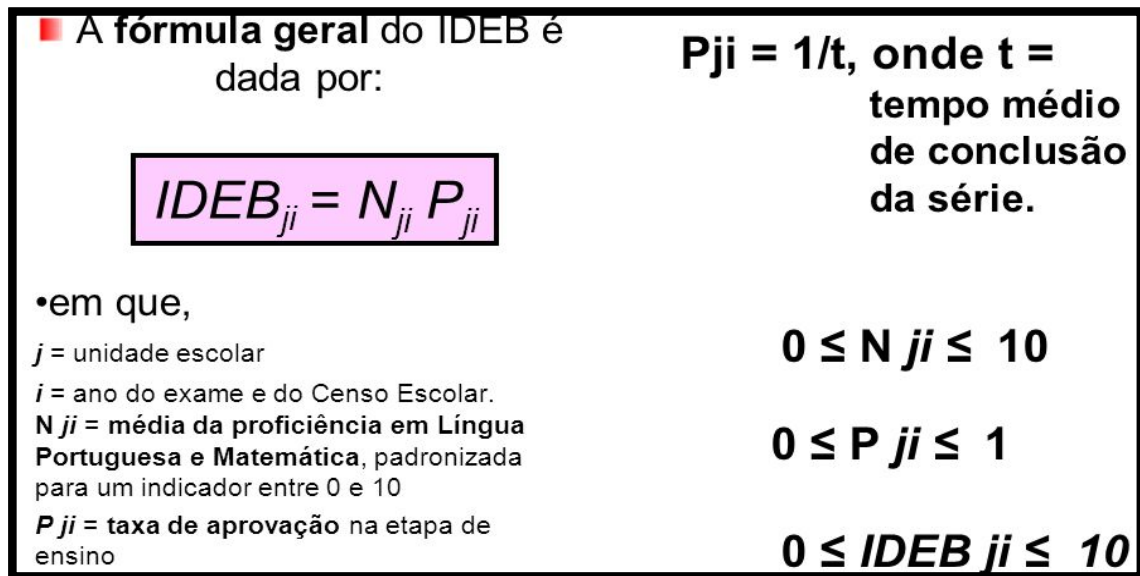
Figura 5 - Composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)



Fonte: Ministério da Educação, 2019.

Salienta-se que o IDEB surgiu como um importante mecanismo para ajudar na formulação de políticas educacionais e como sistema influenciador no desenvolvimento de ações. Com base nas discussões apontadas por Chirinéa, A; Brandão, C (2015, p. 464), “o IDEB, portanto, passou a ser, além de propositor de políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade”. Embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir deste – e da divulgação dos seus resultados – que se mobilizam ações para melhoria da qualidade.

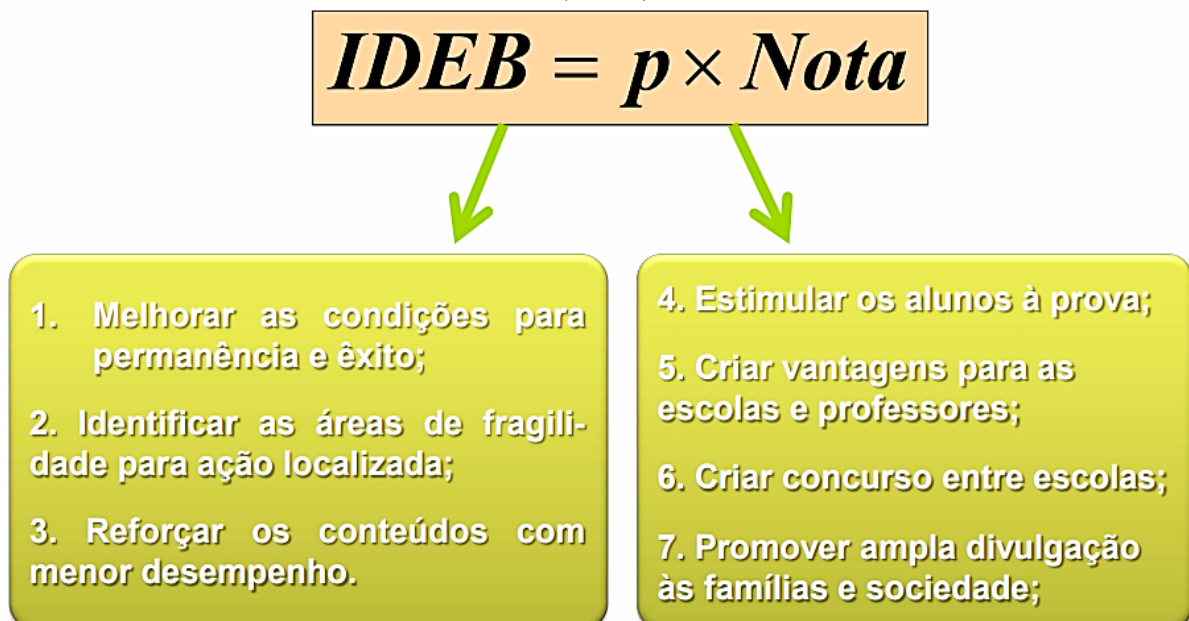
Figura 6 - Cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)



Fonte: Ministério da Educação, 2019.

Partindo dessa concepção descrita pelos autores, o IDEB se apresenta como uma ferramenta imprescindível na formulação de políticas educacionais, bem como, auxilia as ações a serem desenvolvidas, pois seus resultados são usados para a efetivação de medidas direcionadas a melhoria da educação.

Figura 7 - Resultados ambicionados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)



Fonte: Ministério da Educação, 2019.

A luz dessa constatação, BARBOSA, J.; MELLO, R., afirmam que:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido o instrumento de avaliação de caráter amostral que passou a produzir informações a respeito da realidade educacional brasileira, no intuito de fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Há partir dos apontamentos descritos pelos autores, é possível compreender que o IDEB é um mecanismo de cunho amostral, ou seja, um instrumento que produz informações a respeito da educação brasileira, com o objetivo de fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, a fim de sanar lacunas existentes na área educacional.

Com base nas discussões expostas, percebe-se que o IDEB disponibiliza informações inerentes à educação, que são indispensáveis aos gestores para desenvolverem subsídios a fim de melhorar a forma que se apresenta a educação brasileira. Os números do IDEB podem ajudar a desenvolver informações, que junto a outros dados vão balizar as ações a serem desempenhadas.

Nesse sentido, o IDEB é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É uma ferramenta determina e acompanha metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica. Como parâmetro foi estabelecido como meta que em 2021 o IDEB do Brasil fosse 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental (que avalia o desempenho dos alunos que estão entre 1º ao 5º ano), 5,5 para os anos finais do ensino fundamental (que avalia o desempenho dos alunos que estão entre 6º ao 9º ano), 5,2 para o ensino médio (que avalia o desempenho dos alunos que estão entre 1º ao 3º do antigo científico). (BRASIL, 2019).

Deve ser salientado que em relação os anos iniciais do ensino fundamental no Brasil, o IDEB apresentou um expressivo progresso, passando de 3,8 no ano de 2005 (primeiro ano da série) para 5,8 no ano de 2017 (último ano mensurado), o que correspondeu a um progresso de 52,63%, bem como, um resultado acima da meta para o ano de 2017, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Resultados do IDEB-Brasil para os anos iniciais do ensino fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Fonte: Ministério da Educação, 2019.

Já o IDEB equivalente aos anos finais do ensino fundamental (que aprecia o desempenho dos alunos que estão entre 6º e o 9º ano), também demonstrou um crescimento satisfatório, saltando de 3,5 em 2005 para 4,7 em 2017 (aumento de 34,29%), porém, inferior à média estabelecida como meta para o ano de 2017, que era de 5,0.

Quadro 2 - Resultados do IDEB-Brasil para os anos finais do ensino fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa															
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: Ministério da Educação, 2019.

Todavia, os resultados do ensino médio foram preocupantes, pois, praticamente não vislumbrou-se progresso no índice. Como ratificação, no ano de 2005 o IDEB foi correspondente a 3,4, passando para apenas 3,8 no ano de 2017. Tal variação foi equivalente de tão somente 11,76% e muito abaixo da meta para o ano de 2017 que era de 4,7 para o país.

Quadro 3 - Resultados do IDEB-Brasil para o ensino médio

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa															
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Fonte: Ministério da Educação, 2019.

Igualmente merece menção os resultados inferiores do IDEB do ensino público em comparação ao ensino privado em todos os anos da série e em todas as modalidades de ensino. Como constatação, no ano de 2017 a diferença absoluta do IDEB entre as escolas privadas e públicas para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 1,6, para os anos finais do ensino fundamental foi de 2,0 e para o ensino médio foi de 2,3.

Como desfecho destaca-se que o que diferencia o IDEB é a forma como ele se apresenta na tentativa de traçar resultados para serem desenvolvidas ações para melhorar a educação. Como rateio, é possível concluir que o IDEB se caracteriza como um importante mecanismo propositor de políticas educacionais no Brasil. Logo, veio para ajudar nas medidas a serem desenvolvidas no que diz respeito a educação, prova disso é a explicitação das discrepâncias existentes e demonstradas anteriormente. Destaca-se que a avaliação é importante, pois informa uma dada realidade para colaborar nas tomadas de decisões.

Quadro 4 - Três principais desafios do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

✓ Reduzir os índices de reprovação e evasão;
✓ Favorecer a permanência do aluno na escola;
✓ Garantir uma aprendizagem qualitativa e contínua.

Fonte: Ministério da Educação, 2019.

4 METODOLOGIA

A metodologia é um conjunto de métodos pelos quais se conduz uma investigação científica. Em outras palavras, a metodologia é uma combinação de normas e ações empregadas para se responder a um problema. Dentro desse contexto, a metodologia desenvolvida neste trabalho foi alinhado ao desígnio de apurar os motivos que permitiram ao município de Coxixola-PB alcançar entre os anos de 2014-2017 resultados positivos na educação básica (demonstrados pelos dados do IDEB local, correlacionados aos primeiros anos do ensino fundamental), acima da média nacional e estadual.

De modo específico, considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como o indicador oficial de medição da qualidade do aprendizado nacional, bem como, o principal instrumento direcionador das metas para a melhoria do ensino, este estudo procedeu-se como uma investigação bibliográfica e documental sobre o tema. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utilizou dos subsídios de diversos autores e obras que explanaram em suas pesquisas sobre a composição, metas e funcionamento do índice; a pesquisa documental amparou-se de materiais que vislumbraram informações sobre os resultados do IDEB em diferentes níveis governamentais e em diferentes esferas de ensino (sistema educacionais públicos e privados).

Quanto ao método de coleta de dados, foram consultados portais eletrônicos, exclusivamente de instâncias da administração pública, tais como: IDEB do Ministério da Educação, o IDEB resultado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Os dados coletados, doravante foram tabulados através da utilização de aplicativos de planilhas eletrônicas para posterior análise quali-quantitativa, para isso foram considerados métodos da estatística descritiva, atrelados à inclusão de considerações fundamentadas nos resultados e em conclusões de autores conexos.

Como encerramento e ponderando-se a natureza da pesquisa pode ser afirmado que a mesma, aloca-se simultaneamente como qualitativa e quantitativa, pois, executou em sua fase inicial a exposição de ideias e conceitos, posteriormente, complementados em sua fase de encerramento por números estatísticos agraciados em gráficos, tabelas e gráficos.

5 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB

A educação tem como conformação socioeconômica ser um componente formador do Estado do Bem-Estar Social exprimindo-se, por conseguinte, como elemento básico de materialização da cidadania na sociedade. Do mesmo modo, tem como desígnio central o agenciamento da equidade social, por meio do abrandamento das heterogeneidades espaciais e no alargamento do avanço material para o país e suas instâncias regionais e locais formadoras, uma vez que, o ensino desempenha função fundamental para a concretização das potencialidades humanas, seja no aspecto social seja no contexto econômico.

Desse modo, almejando contemplar a relação das políticas públicas educacionais locais e o sucesso na qualidade educacional do município de Coxixola-PB em 2017, confirmado pelo resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais do ensino fundamental, esta seção buscou tipificar as principais ações realizadas pela prefeitura do município em relação aos investimentos totais (absolutos e relativos) e setoriais (transporte de alunos, manutenção das unidades de ensino, capacitação de professores e material escolar para os alunos).

5.1 O IDEB DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB

Como mencionado anteriormente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi elaborado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com a finalidade de avaliar-se a qualidade do aprendizado no Brasil e a partir dos resultados, instituir metas bienais para o progresso do ensino nacional. O IDEB configura-se, portanto, como um indicador que permite o acompanhamento evolutivo da qualidade da educação por meio de dados padronizados que servem de direcionamento para a formulação presente e futura de políticas públicas destinadas ao melhoramento do ensino público e privado. Para isso, o IDEB apresenta sua medição pautada em dois elementos: a taxa de rendimento escolar (ou seja, aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são impetrados a partir do Censo Escolar promovido anualmente. Já as médias de desempenho empregadas nos cálculos são oriundas da Prova Brasil.

Por fim, deve ser salientado que o IDEB divulga seus resultados a cada dois anos, em três estratos definidos por intervalos de formação: o primeiro contempla os anos iniciais do ensino fundamental (que avalia o desempenho dos alunos que estão entre 1º ao 5º ano); o

segunda considera os anos finais do ensino fundamental (que mensura o desempenho dos alunos que estão entre 6º ao 9º ano); e o terceiro aprecia o ensino médio (que afere o desempenho dos alunos que estão entre 1º ao 3º do antigo científico).

Em termo específico, observando a composição das médias alcançadas pelo município de Coxixola-PB no último IDEB divulgado (2017), pode ser exaltado positivamente o resultado correspondente ao desempenho dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, inclusive quando comparado ao contexto estadual e a conjuntura nacional. Isso decorre do fato de Coxixola-PB ter não apenas superado em 0,2 décimos a meta estabelecida para o município (o que equivale a uma extrapolação de 2,90%), mais igualmente ter uma média de 2 pontos acima da média do estado da Paraíba (superioridade relativa de 39,22%) e 1,3 ponto acima da média do Brasil (ascendência percentual de 22,41%).

Quadro 5 - Resultados do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental

Esfera	Coxixola	Paraíba	Brasil
IDEB-2017	7,1	5,1	5,8
META-2017	6,9	4,7	5,5
COMPARAÇÃO	Acima da Meta	Acima da Meta	Acima da Meta

Fonte: IDEB-INEP, 2019 (Adaptado pelo autor)

Como nota explicativa, deve ser destacado que mesmo o IDEB sendo promovido desde o ano de 2005, o município de Coxixola-PB por apresentar um número insuficiente de participantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015 não teve os seus resultados divulgados, logo, impossibilitando uma análise de trajetória.

Considerando o mesmo ano de 2017 para a aferição comparativa da média do IDEB de Coxixola-PB com relação ao estado e ao país, logrado no o desempenho dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, pode ser verificado resultados positivos, porém, não tão expressivos quando os citados anteriormente. No geral, Coxixola-PB ficou acima da meta estabelecida pelo INEP para o município em 0,2 décimos (o que corresponde a uma extrapolação de 4,55%), bem como, teve uma média superior em 0,7 décimos a Paraíba (superioridade relativa de 25,64%). Todavia, o município ficou 0,1 décimo abaixo do índice nacional (o que equivale a inferioridade percentual de 2,13%).

Quadro 6 - Resultados do IDEB para os anos finais do ensino fundamental

Esfera	Coxixola	Paraíba	Brasil
IDEB-2017	4,6	3,9	4,7
META-2017	4,4	4,2	5,0
COMPARAÇÃO	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Abaixo da Meta

Fonte: IDEB-INEP, 2019 (Adaptado pelo autor)

Por fim, examinando os resultados do ensino médio para o mesmo período (2017), ficou constatado que o município não demonstrou o mesmo progresso do ensino fundamental. Como prova, Coxixola-PB ficou abaixo da meta estabelecida pelo INEP para o município em 0,1 décimos (o que corresponde a uma inferioridade de 2,56%). Confrontado com o resultado estadual, o município deve uma média superior a 0,3 décimos (superioridade relativa de 8,57%). Já em relação ao país, a média de Coxixola-PB foi equivalente, porém, deve ser salientado que a média do país ficou 0,9 décimos abaixo na meta estabelecida para o ano em análise.

Quadro 7 - Resultados do IDEB para o ensino médio

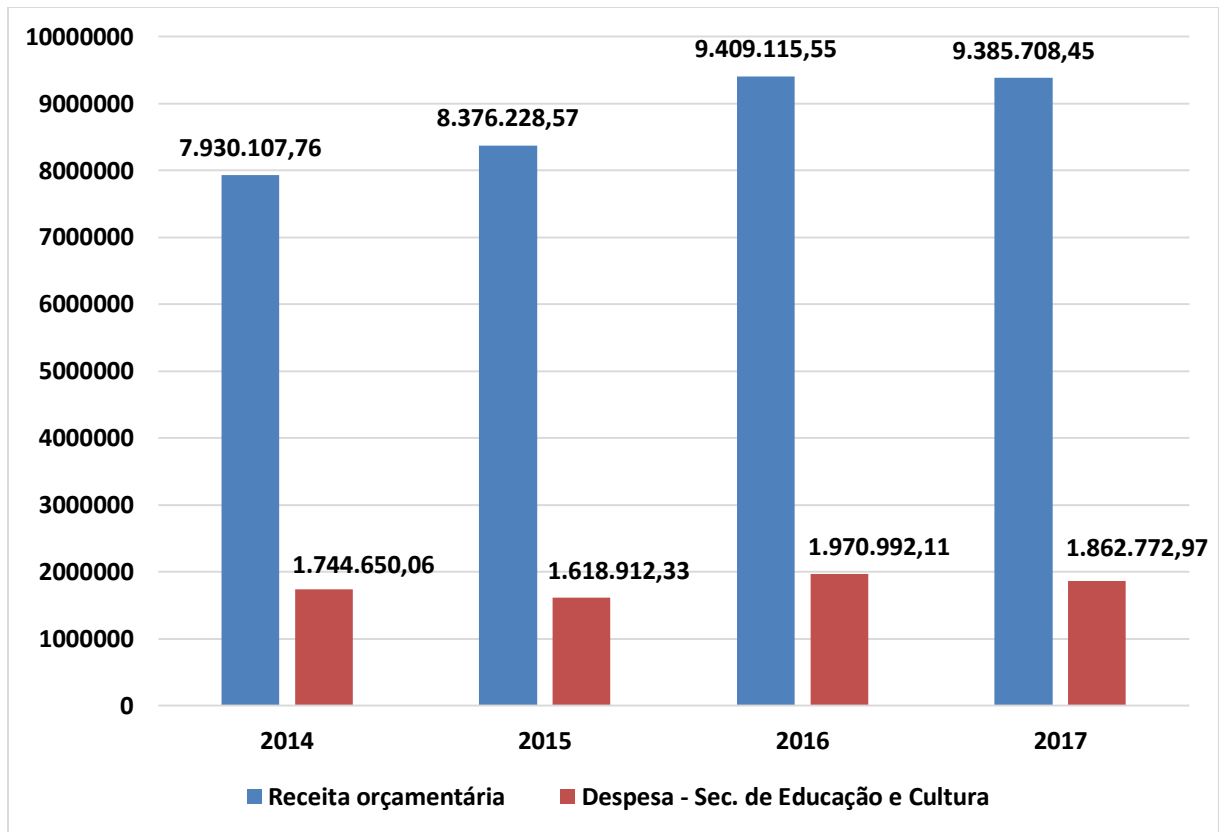
Esfera	Coxixola	Paraíba	Brasil
IDEB-2017	3,8	3,5	3,8
META-2017	3,9	4,3	4,7
COMPARAÇÃO	Abaixo da Meta	Abaixo da Meta	Abaixo da Meta

Fonte: IDEB-INEP, 2019 (Adaptado pelo autor)

5.2 INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB

Para se concretizar impactos positivos na educação, sobretudo, no ensino fundamental que requer um maior amparo por agregar as séries iniciais de formação e letramento de crianças e jovens, se faz imperativo a incorporação de recursos em nível adequado e em segmentos específicos (estrutura, instalações, professores, transporte, dentre outros).

Nessa perspectiva, um dos fatores que passa a ser analisado a partir de agora é o investimento financeiro na educação promovido pelo Poder Executivo do município de Coxixola- PB no período de 2014 a 2017, período esse que subsidiou a avaliação do IDEB do ano de 2017 (pois, os resultados de 2017 não são decorrentes exclusivamente dos dispêndios agenciados neste ano).

Gráfico 1 - Receita Orçamentária entre 2014-2017

Fonte: Sagres-PB, 2019 (Adaptado pelo autor).

Em termo de composição, o gráfico 1 mostra a receita orçamentária anual do município e os montantes investidos na área da educação no período entre 2014-2017. Em termos gerais, os investimentos elevaram-se de R\$ 1.744.650,06 no ano de 2014 para R\$ 1.862.772,97, o que correspondeu a um acréscimo absoluto de R\$ 118.122,91 e relativo de 6,77%, entre o primeiro e o último ano da série. Todavia, o ano com maior volume investido na educação municipal no período analisado foi 2016, com um total de R\$ 1.970.992,11, porém, também foi o ano com maior receita orçamentária anual (totalizando R\$ 9.409.115,55).

Quando se compara os investimentos em educação com a receita orçamentária anual pode ser constatado que os dispêndios de Coxixola-PB com educação sempre corresponderam a percentuais iguais ou superiores a 19%. Prova disso é que no ano de 2014 os gastos com educação foram equivalentes a 22%, em 2015 foram análogos a 19,3%, já nos anos de 2016 e 2017 foram repassados a Secretaria de Educação 20,9% e 19,8%, respectivamente. A média geral de recursos destinados pelo município ao setor educacional foi de 20,5%.

Como continuidade, sublinha-se que mais importante que os gastos absolutos são os dispêndios *per capita*. Logo, ao aferir os valores repassados a Secretaria de Educação

anualmente com o número total de alunos assistidos, foi possível vislumbrar o investimento médio feito por discente. Para isso, inicialmente destaca-se que entre 2014 e 2017 houve uma variação no número total de alunos matriculados. Como trajetória, o ano de 2014 Coxixola-PB teve um número total de 190 matrículas, já em 2015 baixou para 182, voltando a subir para 190 em 2016 e caindo novamente para 177 no ano de 2017. A tabela a seguir ilustra melhor esses números e o custo médio investido por aluno pela Prefeitura de municipal de Coxixola.

Tabela 1 - Custo médio por aluno

Ano	Número de alunos	Investimento médio (R\$)
2014	190	9.182,36
2015	182	8.895,12
2016	190	10.373,64
2017	177	10.524,14

Fonte: Adaptado QEDU; Sagres-PB (Adaptado pelo autor).

Como ratificação, a tabela 1 mostra o custo médio investido por aluno nos respectivos anos da pesquisa. Em 2014, o custo médio por aluno foi de R\$ 9.182,36, já em 2017, esse custo passou a ser de R\$ 10.524,14 (ampliação relativa de 14,61%). Mesmo com uma oscilação no decorrer dos anos, entre o número de alunos e o valor médio investido, o que a tabela mostra é que existe um valor significativo investido por aluno, tendo 2017 como o ano com o valor mais expressivo.

Por essa perspectiva, podemos inferir que o valor do custo-aluno-ano pode ser um indicador importante para a análise das condições de oferta de um ensino de qualidade nas escolas municipais, levando em consideração que esse investimento está diretamente relacionado com insumos e ações indispensáveis ao alcance de um padrão mínimo de qualidade na educação (GOUVEIA; 2006).

5.3 AÇÕES SETORIAIS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA-PB

Para se obter resultados positivos na Educação se faz pertinente a aplicação de um conjunto de ações que normalmente são direcionadas para contextos específicos, definidos a partir da realidade de cada comunidade envolvida e conseqüentemente das necessidades existentes.

No caso do município de Coxixola-PB grande parte de sua população ainda vivencia uma realidade rural, por conseguinte residindo distante das unidades de ensino. Sendo assim, investimentos públicos para o acesso dos alunos as unidades de ensino são imperativos. Como tipificação da conjuntura citada, salienta-se que o município de Coxixola-PB conta com 8 escolas, uma na sede municipal e sete na zona rural (QEDU,2019). Para garantir o acesso de todos à educação (respeitando inclusive os dispositivos legais previstos na LDB, que diz que é responsabilidade do município o acesso à educação municipal - LDB, 1996), foram contratados transportes para atender a demanda de alunos existente no Município.

A seguir, averiguação a tabela 2 demonstra os investimentos anuais do governo local proferidos em contratação de transportes para que os estudantes da rede municipal de Coxixola-PB tivessem o acesso à educação.

Tabela 2 - Investimento em transporte de alunos.

Ano	Valor investido em transporte de alunos (R\$)
2014	361.200,00
2015	368.400,00
2016	353.595,00
2017	355.580,75

Fonte: Sagres-PB (Adaptado pelo autor).

Observando os valores empenhados anualmente para a contratação de transportes dedicados aos alunos da rede municipal, constata-se que nos quatro anos os valores investidos no deslocamento dos discentes totalizaram R\$ 1.438.775,75, o que proporcionou uma média anual de R\$ 359.693,94. No entanto, deve ser ressaltado que confrontando o valor do ano de 2014 (ano inicial da série) com o montante de 2017 (ano final do estudo) ocorreu uma redução absoluta de R\$ 5.619,25. Tal fato é explicado pela diminuição no número de alunos que passou de 190 no ano de 2014 para 177 no ano de 2017. Como consequência, o gasto *per capita* no ano de 2014 foi de R\$ 1.901,05, contra R\$ 2.008,93 no ano de 2017 (ampliação relativa de 5,675%).

Convém ressaltar que além da contratação desses transportes usados para o deslocamento dos alunos, a Prefeitura também contava uma frota própria de ônibus escolar, porém ao procurar a Secretaria de Educação para obtenção dos danos necessários para a pesquisa não foi obtido o *feedback* com os dados correspondentes.

Outro segmento relevante para se alcançar boas condições para oferta de ensino de qualidade (DOURADO; OLIVEIRA, 2009), diz respeito ao ambiente escolar. Dentro desse

contexto, foi possível verificar, através dos empenhos pagos pela Prefeitura de Coxixola-PB, expressos no portal do Sagres-PB, os valores anuais investidos referentes à reformas e manutenção de escolas do município.

Tabela 3 - Investimento em reforma e manutenção das escolas

Ano	Valores investidos em reforma e manutenção (R\$)
2014	114.369,47
2015	31.660,60
2016	28.139,35
2017	30.591,08
Total	204.760,50

Fonte: Sagres-PB (Adaptado pelo autor).

Ponderando os dados acima expostos na tabela 3, percebe-se que nos quatro anos ocorreu um investimento total de R\$ 204.760,50 em reformas e manutenções nas escolas municipais, fomentando uma média anual de 51.190,13. Nesse intervalo se sobressaiu o ano de 2014, período em foi realizado o maior investimento (em virtude das ampliações de duas unidades educacionais), no valor de R\$ 114.369,47. Os outros anos tiveram um valor inferior, porém, isso não implica dizer que estes não foram importantes (pois, foram marcados por reformas menores). De acordo com os dados disponibilizados no portal do Sagres-PB, esses gastos foram feitos com pinturas, revestimentos cerâmicos, porcelanatos, gesso, granito, compras de cimento, brita, dentre outros.

O terceiro segmento acolhedor das ações municipais para a efetivação da qualidade da educação foi a formação dos professores. Sobre isso, Dourado; Oliveira e Santos (2007) argumentam que as escolas eficazes ou escolas com um nível adequado de qualidade possuem um quadro de profissionais qualificados e comprometidos com a aprendizagem dos alunos.

Sobre essa perspectiva foi possível vislumbrar que no período da pesquisa, houve formação e capacitação dos professores. Para essa política duas ações foram priorizadas: a contratação de profissionais para capacitar os professores da rede pública no próprio município de Coxixola-PB e o financiamento dos deslocamentos dos professores para se capacitarem. No total do período entre 2014-2017 para formação e capacitação foram despendidos R\$ 21.150,00 (SAGRES-PB, 2019).

Como detalhamento, segue abaixo a lista dos cursos e capacitações concretizados:

- Minicursos sobre jogos de matemática com professores;
- Minicurso de redação e tipologia textual;

- Fórum nacional realizado pela UNDIME;
- Formação continuada, com o objetivo de desenvolver o projeto educacional: amostra cultural literária;
- Reciclagens e projetos educacionais;
- Reciclagem, recreação e artes;
- 15º fórum dos dirigentes municipais de educação;
- Formação continuada, projeto jovens empreendedores primeiros passos;
- Formação continuada e elaboração de oficina para os professores do Município de Coxixola, com o tema alegria e o teatro na educação;
- Oficina de capacitação sobre *chargeehq* com professores;
- Formação continuada com os professores da educação básica abordando os descritores e matriz referência de habilidades e competências que serão avaliadas na prova brasil/17;
- Formação continuada com o tema cotação de história;
- Formação de professores: "a importância da educação na construção de um mundo melhor".

Como nota conclusiva, exalta-se a diversificação e riqueza das formações e capacitações que foram desenvolvidas a fim de melhorar a interação entre professores e alunos na busca por uma educação melhor.

Ainda levando em consideração a valorização dos professores, em 2014 o prefeito sancionou a Lei Nº 236/2014, que reestrutura o Plano de Cargo e Carreira do Magistério Público Municipal (COXIXOLA, 2019). A Lei objetivava a valorização do profissional do magistério, através da melhoria do salário, além de proporcionar avanço do desempenho da qualidade dos serviços educacionais prestados a sociedade.

Merece menção o fato dessas ações de valorização, formação e capacitação de professores serem ações indispensáveis na busca de uma educação de qualidade. Nessa conjuntura, de acordo com Santos (2011), para se obter resultados positivos na educação se faz necessário uma integralidade das políticas públicas de cultura e educação. Nesse sentido, foi possível observar através das licitações de 2014 a 2017, que houve contratação de instrutor de música e instrutor de teatro pela Secretaria de Educação, além do aluguel do espaço físico para os alunos da banda de música do município (SAGRES-PB, 2019). Logo, considerando o exposto, é possível perceber a integração entre cultura e educação local.

Como quarta ação validadora dos objetivos municipais pela busca na qualidade educacional, durante os anos pesquisados foi constatada que a Secretaria de Educação distribuiu mochilas, *kits* escolares e livros didáticos para os alunos da rede municipal. O valor total do material nos quatro anos somou R\$ 69.299,00 (SAGRES- PB, 2019). Esse tipo de ação é importante, pois, garante integração e igualdade entre os alunos, sobretudo, carentes.

Como nota final, destaca-se que em 2017, com o intuito de melhorar o aprendizado dos alunos na língua portuguesa e em matemática, a Secretaria de Educação implantou o Programa Mais Educação na Escola Maria do Nascimento Neves, localizada na sede municipal. No total, foram ofertadas 40 vagas para os alunos do 3º ao 5º ano (COXIXOLA, 2019). Com a implantação deste programa, os alunos passaram a ter a jornada escolar ampliada. Além das aulas de português e matemática, ainda foram ofertadas aulas de dança, esporte e artesanato (COXIXOLA, 2019). O intuito dessa ação foi oferecer aulas de reforço escolar, além de fomentar interesse por outras atividades do programa.

Como resultado de todo este trabalho realizado pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, garantiu-se uma educação de qualidade aos alunos da rede municipal, prova disso foi o resultado do IDEB 2017. Em termos práticos, foi admissível compreender melhorias das instalações das escolas, integração de educação e cultura, mecanismos de acesso à educação, reforço escolar e formação e capacitação dos profissionais de educação.

6 CONCLUSÃO

Com base na análise e discussão dos resultados, alcançados a partir do percurso teórico da pesquisa, conclui-se que a gestão pública de Coxixola-PB preocupou-se em repassar investimentos necessários a Secretaria de Educação para o desenvolvimento de ações como, acessos dos alunos as unidades educacionais, melhorias no espaço físico, capacitação e formação de professores, bem como, valorização profissional, kits com material e reforço escolar para os discentes, respondendo assim ao objetivo geral que foi analisar quais fatores que permitiram ao município de Coxixola-PB, obter índices acima da média estimada no IDEB no ano de 2017, considerando os resultados da educação básica, bem como, a média estadual e nacional.

Quanto aos objetivos específicos, em resposta ao primeiro que é identificar as políticas educacionais que foram realizadas pelo município de Coxixola-PB para a melhoria da educação, foi possível mostrar as ações de investimentos nas áreas de infraestrutura, transporte, formação e valorização profissional e a integração com a política de reforço escolar através do Programa Mais Educação.

Em relação ao segundo objetivo, que foi apontar os investimentos na educação realizados pela gestão pública de Coxixola-PB nos anos de 2014 a 2017, foram mostrados os investimentos a partir de números expressos geralmente em tabelas e gráfico para melhor ilustrar os resultados a fim de facilitar a compreensão.

No tocante ao objetivo seguinte que é mostrar se houve estratégias políticas-administrativas para efetivar o acesso dos discentes a educação básica de Coxixola-PB, os dados foram aferidos a partir de tabelas, e foi possível concluir que houve preocupação em garantir acesso a todos os alunos da rede municipal, tanto os da escola do município quanto os da zona rural.

No que diz respeito à verificação da formação continuada capacitação para professores, gestores e colaboradores na área educacional para se alcançar melhores desempenhos em suas atividades, foi possível concluir que houve apenas formação e capacitação para professores, em diversas áreas diferentes a fim de melhorar a interação entre professores e alunos na busca por uma educação melhor.

Nesse sentido, em termos gerais, foi demonstrado através do percurso teórico quais as principais ações desenvolvidas pela gestão pública entre 2014 e 2017 para proporcionar a melhoria de educação no município. Foi possível vislumbrar as melhorias das instalações das

escolas, integração de educação e cultura, mecanismos de acesso à educação, reforço escolar e formação e capacitação dos profissionais de educação.

Portanto, nesse contexto, vale destacar que novos estudos podem surgir para ampliar a temática acerca das políticas educacionais, sobretudo, como forma de subsídio para influenciar a melhoria da educação no país.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Uma breve história da educação como política pública no Brasil. *In: DALMON, D; SIQUEIRA, C; BRAGA, F. Políticas educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?* São Paulo: Edições SM, 2018.

AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1432/1100>
Acesso em: 22 de agosto de 2019.

AZEVEDO, J; AGUIAR, M. S. Políticas de educação: concepções e programas. *In: WITTMANN, L. C; GRACINDO, R. V. (Orgs.). O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991–1997*. Brasília: ANPAE, Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

BARBOSA, J; MELLO, R. **O IDEB como instrumento de avaliação da aprendizagem escolar: uma visão crítica**. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 07, n. 13, p.106-123, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/505> Acesso em: 26 de setembro de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro. J. Zahar, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Base da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 18 de setembro de 2019.

_____. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação: PNE e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 18 de setembro de 2019.

CHIRINÉA, A; BRANDÃO, C. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2019.

CLEMENTE, M; SILVA, J. Direitos Humanos nos municípios e sua relação com as políticas públicas. *In: SILVA, J; MONTEIRO, J. Tecituras da democracia: Uma visão plural dos direitos humanos e políticas públicas*. Cachoeirinha: Everprint Indústria GraficaEireli- ME, 2015.

COSTA, M. A. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COXIXOLA, **Secretaria de Educação e Cultura.** Disponível em: <http://www.coxixola.pb.gov.br/educacaoecultura/>. Acesso em: dezembro de 2019.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; *et al.* Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **RBPAAE** – v.22, n.2, p. 253-276, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/12847> Acesso em: 28 de novembro de 2019.

GUIDINI, F. **Políticas públicas e políticas educacionais:** discussões a partir da formação de professores para a educação básica. XI Congresso Nacional de Educação, EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26 de set. de 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7297_4466.pdf Acesso em: 08 de setembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades IBGE.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/coxixola/panorama> Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/> Acesso em: 27 de setembro de 2019.

_____. **Enciclopédia de pedagogia universitária.** 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

LIMA, J. **Educação municipal de qualidade:** princípios de gestão estratégica para secretários e equipes. São Paulo: Moderna, 2014.

LUCE, M. B. Definição e gestão da política educacional. *In: Educação e constituinte* – Anais. Conferência Brasileira de Educação, IV, Goiânia, 1986. Tomo I. Cortez Editora, 1986, p.139–150.

MAZERA, L. Política social como política pública e direito de cidadania. Disponível em: <https://medium.com/@lucymazera/pol%C3%ADtica-social-como-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-e-direito-de-cidadania-14f1b202c01c> Acesso em: 30 de outubro 2019.

MOURA, D. M. Políticas públicas educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino superior. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, n. 11, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11804/1647> Acesso em: 26 de novembro de 2019.

MEC/SASE. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

NEY, A. **Política educacional:** organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak ED, 2008.

QEDU. **Cidades.** Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/4555-coxixola/ideb> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

RECK, D. **O percurso das Políticas educacionais no Brasil e os efeitos da globalização do ensino: educação como serviço ou direito do cidadão?** Santa Maria – RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11970> Acesso em: 26 de setembro de 2019.

SAGRES. **Tribunal de Contas do Estado.** Disponível em: https://sagres.tce.pb.gov.br/municipio_index.php Acesso em: 18 de novembro de 2019.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC Campinas**, Campinas, n.24, jun, 2008, p.716. Disponível em: https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/breves/breves2012/politica%20educacional%20brasileira%20limites%20e%20perspectivas.pdf Acesso em: 18 de setembro de 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, A; BARBOSA, E; SOUSA, W. **Implementação do Projeto Implantes Dentários como Política Pública de saúde bucal na região do Cariri Ocidental Paraibano.** In: SANTOS, A;

FARIAS, J; SILVA, L (org.) **Pesquisa em gestão pública.** Sapé: Centro de Estudos Multidisciplinares, 2018.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 04 de setembro de 2019.

SPIEL, C.; SCHWARTZMAN, S. Contribuição da Educação para o progresso social. *Internacional. Panel for Social Progress.* **Revista Ciência e Trópico.** Recife, v. 42, n. 1, p. 31-106, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1721/1393> Acesso em: 26 de setembro de 2019.

VIDAL, E; VIEIRA, S. **Gestão educacional e resultados no IDEB:** um estudo de caso em dez municípios cearenses. *Estudos em avaliação educacional*, v. 22, n. 50, p. 419-434, 2011. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1658/1658.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2019.